

OE04: Adotar modelos de governança

Participantes:
Hector Sousa
Erico Przybilovicz
Patrícia Menezes

[Trilha]

Hector Sousa: Bem-vinda e bem-vindo ao podcast meio-fio, seu podcast sobre desenvolvimento urbano sustentável. Esse podcast faz parte do projeto traDUS, uma iniciativa para promover ações de educação urbana da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a UFERSA. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o MDR, por meio da coordenação geral de apoio à gestão regional e urbana, a CGDRU. Estamos aqui para continuar com o tema de cidades inteligentes. Mais uma vez está aqui comigo: Erico.

Erico Przybilovicz: Olá Hector, olá ouvintes do Meio-Fio. No episódio de hoje vamos dar continuidade a nossa série sobre os objetivos estratégicos da Carta Brasileira para Cidade Inteligentes. Vamos conversar sobre adotar uma governança aberta e com a participação das pessoas. Para conversarmos sobre esses temas, batemos um papo com a Patrícia Menezes. Patrícia, bem-vinda ao podcast Meio-Fio.

Patrícia Menezes: Olá a todos, todas e todes que nos ouvem aqui no podcast meio fio. Eu sou Patrícia Menezes, servidora da prefeitura de Barcarena no Pará e co-fundadora da rede ODS Brasil. Eu participei do processo de elaboração da carta desde a primeira oficina, em 2019, e acompanhei todo o processo. Foi um processo extremamente rico. Eu trabalho enquanto servidora pública, com formulação de políticas públicas há quase vinte anos, e uma das minhas áreas de atuação sempre foi o fomento à participação social, engajamento da sociedade na elaboração de políticas públicas.

Erico Przybilovicz: Como você ouviu no episódio de abertura dessa série, a Carta Brasileira para cidades inteligentes apresenta oito objetivos estratégicos. A proposta no quarto objetivo é que os governos adotem modelos que devem ser inovadores e inclusivos para melhorar as formas de governar junto com as pessoas e com outros governos, de maneira que devem incentivar e facilitar que toda a gente participe das

decisões e ações que serão implementadas no município. Isso pode ser feito por meio de votações na internet, por um aplicativo no celular, com reuniões presenciais. O importante é ter esses canais disponíveis para ouvir as pessoas, para ouvir você. As decisões podem ser sobre coisas concretas, como a construção de uma escola, uma creche, qual rua deve receber asfalto ou pavimentação, onde destinar mais dinheiro para manutenção e infraestrutura. Mas também as decisões podem ser mais abstratas, por exemplo, definir uma visão ou uma definição de cidade inteligente para o município.

[Trilha]

Hector Sousa: Entrando no nosso tema de hoje, vamos ouvir o que a Patrícia tem a nos falar sobre essa palavra 'governança'.

Patrícia Menezes: Governança é uma palavra que a gente escuta bastante hoje em dia, e ela pode parecer complexa, mas ela quer na verdade a governança ela vai definir os papéis e os processos para a tomada de decisão. Por isso que ela é tão importante e por isso que a gente tem escutado bastante falar nessa palavra. Se você não tiver uma boa governança, você não vai conseguir fazer uma boa gestão e uma boa implementação dessa política para transformar a realidade local. Então a governança nada mais é do que a definição do papel de cada um nesse processo. E aí na verdade, a governança, ela está vinculada não só a gestão pública, mas em qualquer coisa na vida. Então pra que ela tenha uma boa governança, você deve ter alguém que tenha um papel de liderança. No caso do de uma política pública, essa liderança ela logicamente vai partir do poder público não é? Dos órgãos da federal, estadual ou municipal, é preciso que se estabeleça essa liderança para que ela funcione, para que essa liderança seja respeitada. É preciso que na pactuação da definição dos papéis haja transparência. A transparência, ela é essencial. É preciso que desde o início as regras do jogo estejam claras para todo mundo. E tem que ter uma comunicação objetiva. Porque se a gente já começar a relação sem entender direito quais são as regras, ou qual é a nossa estratégia, qual é o papel cada um, não vai funcionar. Isso se aplica na governança urbana, isso é muito importante. Porque a governança urbana, ela vai depender de diversos segmentos, completamente diferentes. Até mesmo dentro do governo você vai precisar envolver órgãos que vão ser da área de urbanismo, do saneamento, de infraestrutura, diversas áreas dentro da gestão, independente da esfera federal, estadual ou municipal. Você vai precisar ter esses papéis definidos dos órgãos do governo, qual é o papel definido do setor privado. Qual é o papel das empresas de transporte coletivo? Por exemplo, setor privado. Qual é o papel da academia, para produzir um conhecimento e contribuir para melhoria da engenharia de trânsito daquela cidade, daquele município? De que forma isso vai dialogar com os

interesses e as demandas da população? Então, se isso não estiver... se essa estratégia de governança não estiver clara, nós não vamos ter um desenvolvimento urbano, muito menos sustentável.

Hector Sousa: Como a Patrícia nos explica, governança envolve planejamento e definições de papéis, transparência, assim como uma boa comunicação para que tudo funcione corretamente, também o envolvimento de representantes de diferentes setores da sociedade e do governo.

Erico Przeybilovicz: Tem dois termos que aparecem na carta, que fala sobre governança interfederativa ou multinível e a governança local. Você poderia trazer exemplos e falar o que significa governança nesse sentido?

Patrícia Menezes: Sim, na verdade a governança multinível e a governança interfederativa, como se chama na carta, elas têm o mesmo significado. A governança multinível ela vai tratar desse diálogo verticalizado, onde tem que haver uma integração no diálogo entre município, estado e governo federal. Porque às vezes é muito comum a gente ver tomadas de decisões políticas completamente desconectadas. Às vezes o governo federal faz uma intervenção num estado, num município, sem ter dialogado com ninguém, achando que está fazendo ali uma intervenção que vai ajudar a população, mas aquilo não está de acordo com a real necessidade daquela cidade e da população, ou então o governo federal faz o mesmo às vezes o município planeja alguma coisa vai fazer seu PPA, é muito comum infelizmente, sem antes pesquisar o que que o governo do estado e o governo federal está planejando pro seu território, e aí você acaba tendo ações que vão em sentidos completamente opostos, e que ao invés de potencializar os resultados das políticas públicas, logicamente todo o investimento de recurso financeiro e humano que foi gasto ali pra realizar aquela ação, você eh... não tem resultados bons, positivos. Então na governança multinível, ela preceitua justamente isso, que você tenha esse diálogo entre as esferas de governo. Então é importante que haja esse diálogo nesses diferentes níveis. Isso seria governança multinível ou interfederativa. A governança local já vai ser esse diálogo mais horizontal. Então se nós tivermos a vertical e agora a governança... a governança local ela é horizontal. É você, enquanto poder público, dialogar com todos os atores locais presentes ali no seu território. Que estão diretamente afetados pelas políticas públicas que você precisa implementar. Então significa o engajamento da comunidade, das cooperativas locais, das secretarias de governo, das empresas instaladas no seu município, das universidades que se tiver, né? Nem todo o município tem universidade, mas se tiver universidade... Então significa você engajar todas essas

peças que podem contribuir para que você formule políticas públicas que estejam realmente alinhadas ao que aquela população, naquele local, quer.

Erico Przeybilovicz: Você poderia também citar quais seriam as vantagens de implementar um modelo de governança mais aberto e participativo, e quais seriam os desafios que você acha que precisam ser, às vezes, superados para implementar um modelo como esse?

Patrícia Menezes: Eu vou começar pelo desafio. Eh... o maior desafio, no geral, é você promover o engajamento das pessoas, principalmente a do próprio beneficiário da política. Isso é um reflexo do nosso próprio modelo de democracia. Porque nos mais de quinhentos anos do Brasil, nós fomos acostumados a vida inteira num modelo de democracia representativa, em que você delega para alguém que foi escolhido ali a responsabilidade por cuidar dos problemas coletivos. Então o conceito de democracia participativa, ele é muito novo no Brasil. A primeira vez que o termo democracia participativa aparece para nós é na Constituição Federal de oitenta e oito. Todas as outras constituições só reconhecia a democracia representativa. Então ainda é preciso que haja uma mudança cultural na nossa sociedade porque esse sentimento da democracia representativa, ele está tão enraizado na gente, que não é só em relação à política pública. Então pra mim, o principal desafio é justamente conscientizar a população de que a participação dela é essencial, porque se você não escuta aquela pessoa que vai ser a beneficiária da política, a gente até entende que é difícil o engajamento, às vezes não apenas pela falta de conscientização. As vezes tem pessoas que estão interessadas em participar, em contribuir, nem que seja pra ir lá numa audiência pública, xingar o seu governante pra dizer, olha, na minha rua tem um buraco e eu quero isso, saneamento, nem que seja pra ela, né? Colocar ali os anseios dela. Mas é difícil, porque geralmente esses espaços de participação, eles não são realizados em horários que a população pode ir. Geralmente você tem audiência pública durante o horário do expediente. O seu chefe não vai te liberar do trabalho pra você ir numa audiência pública do seu bairro, pra discutir o orçamento participativo, pra discutir a audiência pública do PPA do plano de mobilidade, do que quer que seja. Então o desafio começa desde aí, proporcionarmos eh... espaços para que essas pessoas vão a contribuir, para quem está interessado. A gente tem que levar tudo isso em consideração, garantir o transporte, ah vai ter lá um ônibus que vai sair de um determinado local do bairro, que vai levar lá pro estádio, pro auditório, para lá onde que vai ser audiência pública, garantir o acesso, tudo isso tem que ser levado em consideração, pra que a gente possa cada vez mais envolver os cidadãos e as cidadãs na elaboração das políticas públicas. Porque nós enquanto gestores públicos, podemos elaborar a melhor política, achando que estamos fazendo o melhor pra população. Mas se

eu não vivencio a realidade daquela pessoa eu não sei o que é o melhor pra ela. O que eu acho que é o melhor não necessariamente é. Eu só vou fazer uma boa política se eu escutar dela. O que que ela precisa? Então por isso que é extremamente importante engajar. E qual é a vantagem disso? Respondendo a tua outra pergunta. É que justamente quando você escuta a população, você fica sabendo dos reais problemas da comunidade eh... você elabora essas políticas públicas melhores e que vão realmente atender o que eles querem e vai transformar a vida daquela pessoa, daquele bairro, da cidade como um todo. Sem isso, nós temos pouca efetividade de política pública.

[Trilha]

Hector Sousa: A fala da Patrícia destaca que é importante que tenha melhores condições para as pessoas participarem das audiências públicas, de forma que seja em horários que todos ou a maioria possa ir, disponibilidade de transporte público, local de fácil acesso, espaços de acolhida, para que permita, por exemplo, que as mães possam levar as crianças, e principalmente o engajamento das pessoas, criando uma cultura de participação, em que a gente está acostumado com uma democracia representativa, mas agora temos uma oportunidade de uma democracia participativa, assim tendo um hábito de participação das pessoas.

Erico Przeybilovicz: Partindo para nossa próxima pergunta, você até já citou que pode ter que envolver outros atores urbanos ou a população. Na sua opinião, quais seriam os principais envolvidos convidados a participar de um modelo de governança aberto e participativo para que obtenha êxito?

Patrícia Menezes: Bom, todos os atores, eles são essenciais... eu vou dar um exemplo pra ver se fica mais claro. Pegar um tema... gestão de resíduo sólido, que é um tema bem complexo na agenda urbana. Então, o município vai ter os papéis dele definidos, de fazer a coleta, certo? Eh... o setor privado tem um papel já definido na política nacional de gestão de resíduo sólido e que até hoje ainda não é cumprido, que é a logística reversa, por exemplo. Os catadores de material reciclável têm um papel importante nessa área, o cidadão mais ainda, porque é o cidadão que gera o resíduo que é descartado corretamente ou incorretamente, dependendo do nível de educação ambiental que ele tenha, de conscientização. A academia tem um papel importante na produção não só de conhecimento, mas também no desenvolvimento de tecnologias para contribuir com essa temática. A gente tem que entender que essa solução que nós temos hoje de aterro sanitário ela não é viável, é muito cara, custa uma fortuna a cada tonelada que o município leva, por isso que nós temos ainda muito lixo, a maioria dos municípios não

conseguiu fechar o lixão a céu aberto, porque para instalar um aterro sanitário é extremamente caro, não é todo município que tem dinheiro pra isso. Então... eh... o que que a gente pode fazer? Se o aterro não é uma solução. Então a academia, né... ciência e tecnologia tem esse papel de pensar em outras tecnologias. Então a governança, ela tem esse papel essencial, de promover esse diálogo entre todas essas pessoas. E eu dei o exemplo do resíduo que é um dos maiores desafios das cidades, mas isso se aplica para qualquer coisa, para mobilidade, para saneamento, para tudo.

Hector Sousa: Como a Patrícia trouxe o exemplo prático, a definição dos atores que participam da governança vai depender do assunto ou da política pública que está sendo tratada, mas a gente pode falar que no geral precisam estar envolvidos, os governos, o setor privado, as pessoas, as instituições de ensino e pesquisa que tem conhecimento sobre aquele assunto ou que podem contribuir de alguma forma para aquela política pública.

Erico Przeybilovicz: Isso mesmo, alguns exemplos que também podem ser citados são as empresas de transporte público, o governo, talvez uma universidade para ajudar a pensar qual o modelo de transporte público mais adequado, pensar nas pessoas que usam o transporte público. Então Patrícia, você poderia nos dizer algumas estratégias, modelos ou formas que você acha interessante citar para estabelecer esses processos de governança numa cidade?

Patrícia Menezes: Olha Érico, eu não... eu não citaria nenhuma estratégia específica, porque eu penso que cada cidade tem a sua própria dinâmica. Então de repente a estratégia que a gente utiliza em Barcarena, por exemplo, não é a mesma que vocês utilizam aí em São Paulo. Não funciona. Eu acho que precisa ter princípios básicos, como eu falei no início, de transparência, de linguagem clara, objetiva, que você desde o início defina qual é o papel de cada, qual é a regra do jogo, qual é o papel de cada um, que você não mude a regra no meio do jogo e que você garanta esse ambiente institucional inclusivo e participativo. Que procure sempre envolver o maior número de pessoas, quanto mais participativo melhor, e garantir essa participação, né? Como eu falei, eu vou dar... eu vou dar o exemplo de Barcarena pra ilustrar, mas não significa que contempla todo mundo. Então, Barcarena é um município, não é, no estado do Pará, vizinho de Belém pelo lado da água. E que na verdade a gente sempre fala, é extremamente difícil planejar a política em Barcarena, porque nós temos cinco cidades dentro de uma. O município ele é muito grande de extensão territorial, e ele é composto por pequenos núcleos que são muito distantes um do outro com realidade completamente diferente. Então por isso que nós dizemos que nós temos cinco cidades dentro de um. Então tem

peças que vivem a realidade rural, tem pessoas que vivem a realidade ribeirinha, tem quem vive no polo industrial, que tem uma outra dinâmica de quem vive na sede do município, e de quem vive (que a gente chama) na região de estrada que são áreas meio remotas isoladas que ligam esses núcleos espaçados. Qualquer coisa que a gente vai fazer em Barcarena, para discutir qualquer política tem que ter cinco audiências públicas, porque a escuta vai ser completamente diferente, os problemas levantados vão ser completamente diferentes, então tudo tem que ter cinco momentos de escuta. Nós aprendemos ao longo dos anos que nós tínhamos que criar essas estratégias para envolver outras pessoas. Então hoje, as audiências públicas, elas não são mais realizadas durante a semana. Elas geralmente são realizadas no sábado ou no domingo. Nós começamos a fazer no sábado, mas depois nós entendemos que sábado é o dia que muita gente que trabalha a semana inteira... é o dia que vai resolver essas coisas... que vai na feira, que vai resolver essas questões todas pessoais, então, hoje a maioria das nossas ações são feitas no domingo, porque as pessoas mantêm a sua rotina no sábado, e no domingo vão lá participar. E aí a gente garante o transporte, seja o ônibus, seja o barco, né? Dependendo de quem você for coordenar a região de ilhas. Essa é a realidade da Amazônia, o barco faz parte do nosso transporte coletivo. Inclusive a gente tem um ditado que fala, esse rio é minha rua, não é? Realmente o nosso transporte funciona pelos rios. E aí a gente assegura que vai ter um espaço com pessoas lá que vão tomar conta das crianças, vão ficar entretendo, brincando ou fazendo atividades lúdicas para que a criança não fique lá atrás do pai e da mãe, vai oferecer um lanche, porque a gente entende que aquelas pessoas para participarem saíram das suas casas muito cedo e vão passar o dia inteiro lá até retornar, vão ter perdido a refeição, então a gente assegura a alimentação daquela pessoa, leva também uma forma de incentivar, por exemplo, principalmente quando é em local mais remoto do centro da cidade. A gente aproveita para levar serviços públicos, atendimento médico, emissão de documento, certidão de nascimento, RG... que a também acabam atraindo, a pessoa vai em busca do serviço, lancha e participa da discussão da política ali para aquela sua região. Isso é o que faz sentido pra nós. Não sei se faz sentido pra ti aí em São Paulo. Então por isso, assim que eu acho que não tem um modelo claro, cada local tem a sua própria dinâmica e vai encontrar o seu melhor modelo. Mas eu acho que o essencial é que ele mantenha esses princípios da transparência, da linguagem clara e objetiva, e desde o início da pactuação coletiva de qual é o papel de cada um. Destacando que se um quebrar a sua parte do pato tudo vai dar errado. Pra que gere uma responsabilização e cogestão.

Erico Przybilovicz: A carta traz várias recomendações no objetivo quatro, sendo algumas inovadoras formas de implementar uma governança. A gente tem cidades inteligentes, às vezes até espaços de teste de tecnologia, né? Como Living Lab, que aí é

um espaço mais restrito ao próprio teste de tecnologias digitais, que também é uma forma de governança. Você tem alguma recomendação que acha interessante dentre as listadas na carta que você destacaria?

Patrícia Menezes: Ah, eu gosto da carta toda, é difícil deixa eu acertar alguma coisa da carta, mas eu acho super válido, super interessante esses novos modos de engajamento, de Living Lab, eu acho que isso atrai, Érico, muito o jovem. Eu sou meio por fora na verdade assim, eu sou meio analógica ainda, né? Teoricamente hoje a tecnologia em pleno 2021 teoricamente já está mais acessível, mas isso ainda é uma ilusão, porque a maioria da população ainda não tem acesso à internet. Tu não vais ter o acesso para entrar no site... mesmo que a tua prefeitura esteja se engajando para promover uma maior transparência, cumprir toda a lei da responsabilidade lá da transparência e colocar as informações disponíveis no site e ter serviços digitais que tu possa entrar e emitir o teu boleto do IPTU, emitir um boleto de imposto, ter acesso a folha de pagamento da prefeitura, não é todo mundo que vai entrar, porque não é todo mundo que vai ter um pacote de dado para isso, não é todo mundo que vai ter um pacote de dado para participar de uma oficina on-line que tu vai ter que usar o Miro, sei lá, não sei mais o que esse monte de tecnologia que vem surgindo que a gente não consegue acompanhar que é muito rápido. Não é todo mundo que consegue fazer uma videoconferência. A pandemia deixou isso muito claro, principalmente tem vários dados já mostrando o alto índice de evasão escolar, porque não era todo mundo que tinha internet pra assistir aula on-line. Então isso tem que ser levado em consideração na discussão de cidade inteligente. Inclusive é... uma das coisas que eu destacaria da carta, na verdade, não da carta como um todo, do processo da carta que era muito forte na discussão, era justamente essa ideia de que a inclusão digital ela não pode ampliar as desigualdades sociais que já existem no Brasil, que já são enormes, ao contrário, ela tem que procurar incluir ao máximo. Então eu acho super interessante essas novas tecnologias, eu tenho tentado aprender um pouco mais sobre isso, e não sou muito boa de coisa tecnológica, não tenho nem rede social, eu sou péssima, nem WhatsApp eu tenho, mas a gente precisa ter esse olhar pra essa pessoa que o único acesso a internet dela é o WhatsApp, como é que ela vai participar? Da elaboração da política pública... Como é que ela vai se engajar para contribuir com a melhoria do bairro dela se o único acesso a informação que ela tem é o WhatsApp. Como nós vamos incluir essa pessoa pra que ela participe do Living Lab, sei lá, de qualquer outra coisa? Para que ela possa emitir o boleto dela do IPTU. A gente tem que levar isso em consideração, porque a cidade inteligente pra mim é a cidade que é inclusiva, é a cidade que busca encontrar da forma mais participativa possível a solução para os seus problemas, incluindo todos e todas, é a cidade que utiliza dados desagregados georreferenciados para enxergar quem é essa população que está

mais atrás, como diz a agenda dois mil e trinta, que não está tendo seus direitos humanos, civis, sociais e políticos garantidos, porque é ela que está precisando da minha intervenção enquanto poder público para garantir o mínimo da dignidade pra essa pessoa. E... a tecnologia ela é uma grande aliada nesse sentido. Porque nós temos como por meio de dados desagregados georreferenciados saber onde essas pessoas estão e como levar o serviço público até ela.

[Trilha]

Hector Sousa: Hoje nós ouvimos a Patrícia Menezes, que nos contou sobre governança nas cidades, governança, planejamento urbano e como a gente pode implementar esses instrumentos de governança aí no ambiente das cidades, para implementar políticas de transformação digital e desenvolvimento urbano sustentável. Este é o quarto objetivo estratégico da carta. Agradecemos a nossa convidada de hoje Patrícia Menezes.

Patrícia Menezes: Agradeço pelo convite, parabênizo a todos e todas da equipe do TraDUS. Sou fã do podcast, escuto todos os episódios e espero que vocês que estão nos ouvindo também escutem não só esse, mas os outros episódios que são muito legais.

Erico Przeybilovicz: Então acompanhe os episódios que estão por vir.

Hector Sousa: E se ainda não seguiu, segue o podcast Meio-fio no seu agregador preferido de podcast, estamos no spotify, apple podcasts, castbox, google podcasts, entre tantos outros. Nos siga também no instagram para mais conteúdos sobre a carta e outros assuntos, @projetotradus, com s de sustentável. Voltamos em breve com mais conteúdos para vocês. Se cuidem e até o próximo.

[Trilha]